

EDUCAÇÃO

V.8 • N.3 • 2020 - Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n3p55-68



ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) EM PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM CONTEXTOS EDUCATIVOS NÃO ESCOLARES

THE ACTING OF PEDAGOGUES IN PRACTICES OF HEALTH PROMOTION IN NON-SCHOOL EDUCATIONAL CONTEXTS

LA ACTUACIÓN DE PEDAGOGOS EN PRACTICAS DE PROMOCIÓN DE LA SALUD EN CONTEXTOS EDUCATIVOS NO ESCOLARES

José Leonardo Rolim de Lima Severo¹
Negla Santos Queiroga²

RESUMO

O artigo apresenta dados e reflexões de uma pesquisa que teve como objetivo investigar finalidades e características que configuram a atuação de pedagogos(as) no contexto da Educação Não Escolar para a promoção da saúde em instituições localizadas na cidade de João Pessoa - Paraíba. Os elementos teóricos se configuram através das concepções do sentido da Pedagogia enquanto Ciência da Educação, do campo da Educação Não Escolar e dos processos de Promoção da Saúde. O desenho metodológico do estudo empírico incluiu mapeamento de instituições, aplicação de questionário estruturado e realização de entrevistas semiestruturadas junto a 8 (oito) pedagogas. Os dados foram tratados através da Análise Cateórica de Conteúdo. Foi possível refletir sobre elementos da formação acadêmica, identidade profissional e trabalho pedagógico das pedagogas atuantes em espaços não escolares para a promoção da saúde, apontando para a necessidade de que os currículos dos cursos de Pedagogia sejam fundamentados uma base formativa mais ampla e inclusiva, orientada para diferentes formas de manifestação do trabalho pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogia. Pedagogo(a). Educação Não Escolar. Promoção da Saúde.

ABSTRACT

The paper presents data and reflections of a research that had as objective to investigate purposes and characteristics that configure the acting of pedagogues in the context of Non - School Education for the promotion of health in institutions located in the city of João Pessoa, Paraíba. The theoretical elements are shaped by the conceptions of the meaning of Pedagogy as Science of Education, the field of Non-School Education and Health Promotion processes. The methodological nature of the empirical study included mapping of institutions, applying a structured questionnaire and conducting interviews semistructured with 8 (eight) pedagogues. The data were treated through Content Categorical Analysis. It was possible to reflect on elements of the academic formation, professional identity and pedagogical work of pedagogues working in non-school spaces for the promotion of health, pointing to the need for the curriculum of Pedagogy Degree should be based on a broader and inclusive formative basis for different forms of manifestation of the pedagogical work.

KEYWORDS

Pedagogy. Pedagogue. Non-School Education. Health Promotion.

RESUMEN

El artículo presenta datos y reflexiones de una investigación que tuvo como objetivo investigar finalidades y características que configuran la actuación de pedagogos(as) en el contexto de la Educación No Escolar para la promoción de la salud en instituciones ubicadas en la ciudad de João Pessoa - Paraíba. Los elementos teóricos se configuran a través de las concepciones del sentido de la Pedagogía como Ciencia de la Educación, del campo de la Educación No Escolar y de los procesos de Promoción de la Salud. El diseño metodológico del estudio empírico incluyó mapeamiento de instituciones, aplicación de cuestionario estructurado y realización de entrevistas semiestructuradas con 8 (ocho) pedagogas. Los datos fueron tratados a través del análisis de categoría de contenido. Es posible reflexionar sobre elementos de la formación académica, identidad profesional y trabajo pedagógico de las pedagogas actuantes en espacios no escolares para la promoción de la salud, apuntando a la necesidad de que los currículos de los cursos de Pedagogía sean fundamentados una base formativa más amplia e inclusiva, orientada para diferentes formas de manifestación del trabajo pedagógico.

PALABRAS CLAVE

Pedagogía. Educador(a). Educación No Escolar. Promoción de la Salud.

1 INTRODUÇÃO

A inserção da Educação Não Escolar no âmbito da formação e da prática pedagógica se constitui como uma demanda histórica, suprindo as necessidades oriundas dos novos comportamentos sociais gerados por fatores como processos de globalização cultural e sociedade da informação, inclusão social, democratização do conhecimento e educação ao longo da vida. Considerando estas demandas históricas relacionadas a ampliação dos tempos e espaços educativos na sociedade atual, percebe-se a importância da educação para promoção da saúde no marco da ação socioeducativa (SERRANO, 2013).

Sobre a noção de “promoção de saúde”, pesquisas realizadas por Camossa e Caro (2014) sublinham que esta começou a receber destaque na VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), sendo reforçada na Constituição Federal da República do Brasil (BRASIL, 1988). O Sistema Único de Saúde (SUS) incorpora a noção ampla e crítica de promoção de saúde, concebendo-a a partir de um enfoque social, cultural e educativo no âmbito individual e coletivo.

As normativas do Ministério da Saúde indicam que as políticas nesse âmbito devem preconizar práticas populares de educação em saúde com base na “[...] perspectiva dialógica, emancipadora, participativa, criativa e que contribua para a autonomia do usuário, no que diz respeito à sua condição de sujeito de direitos e autor de sua trajetória de saúde e doença [...]” (BRASIL, 2007, p. 7).

Nesse sentido, a promoção da saúde se constitui como tarefa pedagógica, uma vez que implica a formação e capacitação do sujeito dentro de uma perspectiva crítica e emancipatória. Trata-se de um processo educativo que vai além da prevenção da doença, se configurando como um modelo de práticas que articula enfoques integrativos e holísticos para contemplar as diferentes dimensões envolvidas no processo de transformação das condutas individuais e coletivas de produção social da saúde.

A Educação em Saúde tem sido, ao longo das últimas duas décadas, um nicho potencial de engajamento de pedagogos(as) em espaços não escolares. Nesse nicho, se situam práticas diversificadas que englobam desde a classe hospitalar, setores especializados de suporte pedagógico a políticas e práticas institucionais de gestão dos serviços de saúde até experiências ligadas à promoção da saúde em contextos comunitários e institucionais (SEVERO, 2015).

A atuação de profissionais da Pedagogia tem se dado no âmbito da promoção da saúde por meio de práticas de educação voltadas à vigilância sanitária, saúde comunitária, mental e familiar, reabilitação de drogodependentes, formação permanente de profissionais da saúde no diálogo com saberes e experiências populares etc. Essas ações expressam um amplo leque de possibilidades de engajamento de pedagogos(as) em saúde para a promoção de uma melhor qualidade de vida sob a perspectiva da saúde como resultante do equilíbrio de fatores biopsicossociais (MARTÍNEZ; CARRERAS; HARO, 2000).

A partir desses pressupostos, este artigo busca apresentar dados e reflexões derivadas de uma pesquisa que objetivou analisar finalidades e características que configuram a atuação de pedagogos(as) no contexto da Educação Não Escolar para a promoção da saúde em instituições públicas e privadas e Organizações Não Governamentais (ONG) com perfis diversos, localizadas na cidade de João Pessoa.

Para tanto, mapeou-se as instituições que incorporam pedagogos(as) em seus quadros funcionais e desenvolvem práticas de promoção da saúde; caracterizou-se processos de organização e

referenciais mobilizados em práticas pedagógicas por pedagogos(as) no campo da promoção da saúde; analisou-se necessidades formativas de pedagogos(as) em vista de desafios para a tomada de decisões profissionais no contexto de práticas de promoção da saúde e formação para o trabalho em espaços não escolares de educação.

2 MÉTODO

O desenho investigativo, partindo da concepção de pesquisa qualitativa como orientação de investigações que são “[...] capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais [...] como construções humanas significativas” (MINAYO 2006, p. 22), incluiu duas fases de produção de dados: a) aplicação de questionário estruturado; b) realização de entrevista semiestruturada.

A delimitação do campo empírico se deu a partir do mapeamento de instituições de saúde que incorporavam pedagogos(as) em seus quadros funcionais na cidade de João Pessoa. O mapeamento foi realizado por meio de contatos telefônicos com as instituições de saúde bem como visitas a elas, caso a informação só pudesse ser dada por meio de contato pessoal com seu setor de recursos humanos. Como resultado, foram encontradas oito pedagogas, das quais duas trabalhavam em ONG, três em hospitais e três em centro formador de recursos humanos em saúde.

Após o mapeamento, foi enviado via e-mail para as pedagogas o Documento de solicitação para coleta de dados, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o primeiro instrumento para produção de dados, um questionário estruturado. Este documento apresentava questões referentes a identificação sociodemográfica, ocupacional e formativa. Com base na análise dos dados dessa primeira fase, foi elaborado o roteiro da entrevista semiestruturada, abarcando questões referentes à instituição, às atividades realizadas em cada instituição e as impressões de cada profissional no que se refere a satisfação e ao trabalho realizado. O armazenamento dos dados foi feito por meio de um aplicativo de gravação de áudio contido em um celular e posterior transcrição das falas.

O processo de tratamento dos dados obtidos por meio de inferência e interpretação baseados nos referenciais teóricos já mencionados, “o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica” (BARDIN, 2006). Como ferramenta de organização facilitadora deste processo, utilizamos então a categorização, proposta por essa autora, que consiste na “[...] classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2006, p. 117).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As oito pedagogas têm idades que variam entre 27 e 51 anos. Os dados obtidos com a aplicação do primeiro instrumento revelam a discrepância da faixa salarial das pedagogas participantes da pesqui-

sa, sendo o maior salário no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) e o menor no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais). Quanto atribuições de cada pedagoga, constatou-se a diversidade de atividades pedagógicas inscritas no âmbito da saúde, tais como:

- Capacitação e avaliação de desempenho dos empregados;
- Coordenação da gestão de desenvolvimento por competências;
- Orientação e acompanhamento da educação continuada desenvolvida na instituição;
- Gerenciamento da progressão dos(das) funcionários(as);
- Planejamento e organização das oficinas de educação da instituição;
- Fortalecimento das relações interpessoais da equipe e realização de momentos formativos;
- Monitoramento das ações da instituição;
- Realizar o acompanhamento dos cursos promovidos pela instituição;
- Elaboração de cursos técnicos e editais para seleção da equipe técnica;

Acompanhamento dos materiais didáticos e da execução do curso no âmbito pedagógico e administrativo;

- Acompanhamento das discussões políticas quanto a formação técnica em saúde;
- Acompanhamento e revisão dos projetos de capacitação;
- Alimentação dos dados no sistema institucional;
- Orientação dos(as) usuários(as) sobre as normas da instituição;
- Realização da interação e a comunicação com os demais setores e profissionais;
- Supervisão de atividades ludo-terapêuticas com atenção multiprofissional.

Os dados obtidos com as entrevistas serão expostos e discutidos por meio da organização em categorias de análise. As categorias se baseiam nas respostas de cada pedagoga às questões presentes na entrevista semiestruturada e se articulam aos objetivos da pesquisa, são elas: (1) Formação acadêmica; (2) Identidade profissional; (3) Trabalho pedagógico. As pedagogas serão identificadas com numeração ordinal.

3.1 CATEGORIA “FORMAÇÃO ACADÊMICA”

Por meio da entrevista semiestruturada foi possível constatar que as pedagogas não obtiveram formação inicial que considerasse a especificidade das práticas educativas em Espaços Não Escolares (E.N.E.), conforme as declarações expostas:

“Não. Na época de graduação era tudo voltado para a escola” (P3, 2018).

“Não. No curso de pedagogia como era de licenciatura é mais para atuar em escola” (P6, 2018).

“A educação informal, eu acho que eu busquei mais do que eu recebi na UFPB” (P8, 2018).

Essa falta de adequação entre formação e atuação profissionais se dá, pois

O curso de Pedagogia no Brasil não tem tradição em formação de educadores em Educação Não Escolar. Esse campo esteve fora dos sistemas de formação profissional e, em

maior ou menor medida, acabou sendo absorvido parcialmente por outras áreas, como Serviço Social e Psicologia, embora não como cenário de práticas pedagógicas e sim como campo de aplicação de tecnologias assistenciais ou psicológicas relacionadas aos setores de ação dessas áreas. (SEVERO, 2015).

A história da formação em profissionais da pedagogia voltados apenas para a atuação escolar pode ser compreendida à luz da crítica às Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) para o curso (BRASIL, 2006), que, normatiza que o profissional da pedagogia, além de ambientes escolares, tem a possibilidade de atuar “em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, Art. 2, 2006).

E, enfatiza o trabalho de docência no âmbito da dinâmica institucional escolar, “sugerindo que os profissionais que mediam as práticas educativas não escolares desenvolvam empiricamente, de modo assistemático, intuitivo e espontaneísta os saberes necessários à sua prática intervencionista” (SEVERO, 2015), ao ressaltar que “[...] para a formação do licenciado em Pedagogia é central: o conhecimento da escola” (BRASIL, 2006, p. 2).

Por meio das respostas das entrevistadas, podemos confirmar esta tradição em formação apenas para educação escolar que, ao invés de se fundamentarem em uma perspectiva de problematização e de enfrentamento dos desafios sociais, tem uma compreensão restritiva de educação. A inserção do(da) pedagogo(a) ao trabalho em ambiente de promoção da saúde, depende, então, de uma formação adequada provinda da busca pessoal e/ou do oferecimento de cursos de capacitação pela empresa contratante, como revelam dados das trajetórias de formação das participantes.

Uma vez se tratando de pedagogas com formação para atuação em ambiente escolar atuantes em ambiente não escolar, obviamente tiveram de lançar mão de outros recursos para poderem executar as tarefas que lhes eram atribuídas. Além de recorrerem a questionamentos feitos a professores da graduação do curso de pedagogia a respeito da educação em saúde, de um trabalho de conclusão de curso sobre a pedagogia não escolar e de cursos de especialização, há profissionais que atribuem sua aprendizagem para exercer o cargo de pedagoga em espaço de promoção da saúde também (ou apenas) à sua experiência.

Na universidade sim. Sim, já... Porque quando a gente atua no espaço, a gente leva o diálogo pra dentro da universidade, a gente provoca. [...] Mesmo que a gente sabe que tem muitos pontos que ainda não estão na universidade, mas estão nos espaços informais (P4, 2018).

Nossa instituição é um centro formador, então nós precisamos estar a par do conhecimento teórico da educação principalmente dentro do contexto da saúde e é uma área que os profissionais são muito técnicos, e a gente quando traz essa parte mais humana tem que se sobressair pra poder conquistar e ele sentir vontade (P8, 2018).

As pedagogas P5 e P7 atribuíram sua capacidade de ocupar o cargo de pedagogas em instituição de saúde aos cursos de especialização oferecidos pelas empresas onde atuam:

Fiquei como orientadora um tempão e depois me habilitei pela ABRI - Associação Brasileira de Brinquedoteca. Me habilitei e hoje sou pedagoga hospitalar. O curso de continuada eu fiz o de brinquedoteca, que nós somos pedagogas e também brinquedistas (P5, 2018).

Concluí pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba em 2010.1. Fiz especializações voltadas para a área, de supervisão e orientação educacional, Educação em saúde pela universidade do Rio Grande do Norte (P7, 2018).

As demais entrevistadas atribuíram sua capacidade de atuação como profissionais da pedagogia em instituições de saúde às experiências tecidas no próprio ambiente de trabalho:

Como é algo novo, então... aqui a gente aprende tudo junto... tá em construção... não tem nada pronto... Então existe essa troca... a gente aprende com eles e eles aprendem conosco... é bastante instigante... a gente toda hora aprende uma coisa nova (P1, 2018).

Fiz pedagogia na UNEB, no estado da Bahia, terminei em 2009. Eu nunca tinha trabalhado com a saúde e acabei tendo a oportunidade quando me mudei pra cá [...] e não fiz nenhum curso específico, mas dentro da instituição a gente sempre tem essa oportunidade de estar trabalhando com a educação permanente, e nesse contexto a gente acaba se qualificando para o serviço (P2, 2018).

“[...] a bagagem teórica muito boa, então isso dá respaldo, Mas a pratica, eu diria que deixa a desejar, eu diria que a gente vai aprendendo mesmo” (P3, 2018).

A experiência pelas quais a maioria das entrevistadas adquiriram conhecimento para a execução do seu trabalho pedagógico nos remete às afirmações de Meyer *et al* (2013, p. 14) quando afirmam que “os processos pedagógicos que tendem a fazer sentido para trabalhadores/as são aqueles que partem dos problemas que estes/as enfrentam no cotidiano do trabalho”.

Juntamente às experiências, o(a) profissional da pedagogia, por compreender estar atuando em espaços de formação em território de saúde, recorre a referências que dão luz aos elementos necessários para a concepção dos processos educativos por meio de especializações, estudos complementares, pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso e projetos extracurriculares.

Percebe-se, a partir do apresentado, que as entrevistadas se utilizaram de outras referências para sua atuação nas instituições de saúde que não estavam disponíveis nas matrizes curriculares da sua formação inicial, pois o curso de graduação não alcançou a especificidade das práticas que desenvolvem. A formação na área específica de Educação em Saúde se torna importante por entender “[...] é necessário buscar informações, porque senão você não acompanha o que lhe é exigido” (P4, 2018).

Apesar da pouca base proporcionada pelo curso, constatamos que há elementos teórico-metodológicos apreendidos na graduação que se mostram presentes no modo como reconhecem sua profissão e as práticas que desenvolvem, indicando que há uma dimensão potencial no curso de Pedagogia que deve ser explorada para abarcar segmentos formativos para além da docência, mas que também a atravessa, pois guardam uma unidade em relação à configuração geral das práticas educativas, sendo pertinentes tanto a um quanto a outro segmento.

[...] Só nos dá suporte em realça o as metodologias de ensino... porque como a gente trabalha com participação e avaliação de desempenho, então essa base de metodologias de ensino é importante. O curso de pedagogia foi isso que ele proporcionou (P1, 2018).

É uma bagagem muito boa, de fundamentação teórica. Eu diria que a pratica, na época que fiz o curso, como ainda agora, pode ser uma crítica, deixa a desejar. [...] eu diria que a gente vai aprendendo mesmo (P3, 2018).

[...] a gente procura cada vez mais trazer profissionais que tenham a área da pedagogia, porque é ela que dá o supere pra didática. Nós temos outros profissionais da arte, da educação... Mas a gente vê o quanto essa disciplina é importante (P5, 2018).

A partir do exposto, percebemos a urgente necessidade de aproximação de disciplinas como currículo e didática com a Educação Não Escolar, dando assim a base necessária para que o(a) graduando(a) em pedagogia adquira no próprio curso todo o aporte teórico-metodológico necessário para se tornar pedagogo(a) atuante nestes espaços.

3.2 CATEGORIA “IDENTIDADE PROFISSIONAL”

Segundo Alves *et al* (2007) “A identidade profissional resulta das relações e interações no trabalho, fundada em representações coletivas variadas, construindo atores do sistema social, institucional ou empresarial”. Com base nesta afirmação e nas informações coletadas na entrevista semiestruturada, percebemos que a identidade profissional das pedagogas que trabalham em instituições de saúde apresenta características distintas, pois para ser construída levou em consideração o contexto em que a profissional está inserido – tipo de instituição de saúde, política da instituição, profissionais e público com quem se relacionam e as variadas situações com as quais se deparam no ambiente de trabalho.

Desta forma, apesar de não terem tido informação suficiente na graduação, as profissionais têm ciência de que à Pedagogia recai a competência para atuar em vários ambientes que não apenas o escolar, embora reconheçam ter um longo caminho a percorrer até que sua atuação seja reconhecida nestes campos.

As definições sobre o que é ser pedagogo(a) na área da educação em saúde são múltiplas devido às várias atribuições que as profissionais têm nas instituições em que atuam. Nas entrevistas, evidencia-se a noção da complexidade da atuação pedagógica, bem como a necessidade da presença do(da) profissional com formação especializada, capaz de recorrer as teorias pedagógicas que dão luz aos elementos necessários para a concepção dos processos educativos e operacionaliza tais processos.

Ratificando as afirmações de Cruz (2011, p. 198), de que

[...] é incontestável a importância, a necessidade e a viabilidade do trabalho pedagógico, que se desenvolve em diferentes contextos, contribuindo para o encaminhamento de diferentes processos educativos e afirmando, sim, um domínio próprio da Pedagogia.

Os depoimentos das pedagogas afirmam a ciência da importância de seu trabalho em ambientes de saúde, por trabalharem com múltiplas faixas de público (P1), entenderem a educação presente nas rotinas da instituição (P2), mediarem processos administrativos e pedagógicos (P3), pautarem questões sociais no contexto de trabalho (P8).

Quanto aos saberes e habilidades necessários para que as pedagogas exerçam seu trabalho na instituição, percebemos que além dos saberes pedagógicos, as profissionais devem deter os conhecimentos acerca do contexto em que se insere a instituição onde trabalha (legislação, normas, padrões, público etc.).

A diversidade das atribuições que competem a pedagogas(os) para colaborar com as instituições e serviços que se inscrevem no âmbito da saúde pode ser observada nas respostas dadas pelas profissionais. Há uma grande variação de conhecimentos necessários para a realização das funções de cada uma delas, a exemplo de assessoria normativa (P1), coordenação de equipes (P2), avaliação de desempenho e inclusão (P3), humanização e trabalho de grupo (P4; P5), suporte metodológico e promoção de práticas populares de educação (P8).

A educação não-escolar vem sendo um locus de inserção de profissionais que têm realizado sua formação centrada no processo de aprendizagem escolar e que enfrentam uma realidade complexa e que exige a apropriação de conhecimentos e conceitos ausentes ou expostos de forma falha em sua formação acadêmica. Com isso, observa-se a transposição da forma escolar, tradicionalmente mais familiar à pedagogia, dada a natureza da sua formação, para processos educativos não escolares.

O que se presencia diante deste cenário é que em alguns depoimentos, notou-se a presença do que tem sido discutido como pedagogização da forma escolar em ambiente não escolar (MOURA; ZUCCHETTI, 2006, p. 348). A instituição na qual a entrevistada P2 trabalha, apesar de ser uma instituição educativa de formação de trabalhadores profissionais da saúde que se alinha mais à pedagogia em linha organizacional e corporativa, também está associada a saúde. Já a entrevistada P3, não reconhece seu trabalho como um trabalho pedagógico por não realizar atividades relacionadas ao trabalho docente.

Ainda a respeito da pedagogização escolar em ambiente não escolar, apresenta-se o depoimento de uma pedagoga de instituição hospitalar infantil. Segundo ela, seu trabalho possui características da pedagogia escolar tradicional, tais como ter o(a) professor(a) como autoridade máxima, transmissor de conhecimentos e regras, e os(as) alunos(as) como ouvintes e reprodutores(as) do conhecimento transmitido. Este depoimento também permite compreender as relações entre a educação escolar e outras formas sociais de formação dos sujeitos, tendo por base que “ao mesmo tempo em que transmite saberes e conhecimentos, a escola está fundamentalmente ligada a formas de exercício do poder” (VINCENT *et al.*, 2001, p. 17).

Constata-se com esta fala a preocupação com a padronização de comportamento do paciente, bem como a obediência reprodução por parte deste(esta) das regras impostas. Estes podem ser reconhecidos como elementos que compõem o processo de educação tradicional. Porém, se percebe que as pedagogas se mostram cientes dos obstáculos a serem transpostos para o reconhecimento da profissão e considerando que por esta ser “algo novo”, este processo está em construção.

As profissionais afirmaram ser reconhecidas, levando em consideração que se trata de uma profissão ainda em processo de construção de visibilidade e de consolidação quanto a sua legitimidade e importância.

Uma das entrevistadas apresentou uma questão de grande interesse a ser discutida: A de que o(a) pedagogo(a) atuante em E.N.E é visto(a), muitas vezes por equipes multiprofissionais, como um(a) profissional cuja função é apenas problematizar processos, no sentido de causar atrasos nos serviços dos outros colaboradores da instituição, como se mostra no depoimento a seguir:

O pedagogo, na verdade, ele é multi. Infelizmente ele não tem muito espaço. Muita gente não gosta do pedagogo, acha que às vezes está ali pra dificultar, pra problematizar... mas acho que ele é multi. Ele pode estar em vários espaços auxiliando, planejando, organizando, mas ele não tem espaço pra isso (P2, 2018).

Isso reflete, por parte das instituições e equipes, a falta de entendimento acerca do trabalho pedagógico, que parte de concepção que não se repete de grupo para grupo, de situação para situação. Este trabalho precisa se atrelar a uma reflexão sobre finalidades e sobre meios. Como também não se compreende que práticas pedagógicas se configuram na mediação com o outro, ou com os outros para reconhecer seu espaço de possibilidades de formulação (HOUSSAYE, 2004).

3.3 CATEGORIA “TRABALHO PEDAGÓGICO”

Segundo Libâneo (2001), a pedagogia parte da investigação da realidade educacional, para posteriormente explicitar objetivos, métodos e formas de organização e por fim organização para a formação humana. No tocante a rotina de trabalho, foi percebido o leque de atribuições que cada pedagoga assume, não havendo padronização entre a sequência tarefas de uma instituição para outra. As rotinas envolvem trabalho administrativo, formação de profissionais, atividade direta com público usuário de serviços, produção de materiais e participação em processos de gestão.

Na maioria dos casos, trata-se de rotinas inventivas e altamente contextualizadas e marcadas, por vezes, pela recorrência do imprevisível. As pedagogas informam que desenvolvem atividades conforme demanda (P1), que o planejamento educacional perde espaço diante das urgências assistenciais (P2), que as práticas não cabem em agendas (P3) e que se abrem a vontade dos usuários e gestores (P4).

Quatro das oito pedagogas afirmaram trabalhar com equipe interprofissional, três afirmaram não trabalhar e uma relatou considerar sua equipe de trabalho como multiprofissional. As respostas ressaltam, em muitos trechos, a importância do trabalho interprofissional para as pedagogas e para o sucesso das atividades, pois conservam uma boa relação e troca de conhecimentos (P1), situações de estudo (P3) e interação na divisão de tarefas (P5).

Indagou-se as pedagogas a respeito de seu trabalho como instrumento para algum tipo de mudança social, concebendo saúde como uma prática social permeada de processos educativos, tendo esta o objetivo de mudança e melhoria social. As participantes destacam que estão colaborando com formação de profissionais humanizados e relações interpessoais mais afetuosas (P3), melhoria no clima organizacional para a criança hospitalizada (P5), oportunidade de dialogar com pessoas sobre temas psicossociais (P6) e qualidade de processos de gestão (P7).

4 CONCLUSÃO

Considera-se, primeiramente, que o trabalho de investigação no tocante à atuação de pedagogos(as) no setor de promoção da saúde, contemplando aspectos de formação acadêmica, identidade profissional e trabalho pedagógico é fundamental para fortalecer as práticas de Educação Não-Escolar para a Promoção da Saúde. Também é importante destacar a relevância de estudos que busquem mapear os espaços não-escolares para a promoção da saúde nos quais há a atuação de profissionais da pedagogia.

Se, por um lado, as práticas pedagógicas no âmbito da promoção da saúde se revelam cada vez mais estratégicas para a formulação de políticas que provoquem resultados socioculturais mais significativos na busca pela melhoria da qualidade de vida das pessoas e grupos, por outro a inserção de profissionais da Pedagogia no planejamento, gestão e desenvolvimento dessas práticas demanda um maior adensamento de investigações, de modo que, ao reconhecer os contextos, instrumentos e referenciais de ação pedagógica em saúde, seja possível construir parâmetros que auxiliam no desenho das atribuições que competem a profissionais com formação de base pedagógica para colaborar com as instituições e serviços que se inscrevem no âmbito.

Com base nos dados coletados, a identidade profissional das pedagogas atuante na área da saúde é construída na maioria das vezes com base nas experiências tecidas pelas profissionais na medida em que as necessidades de atuação pedagógica são percebidas, isto porque a formação dessas profissionais não foi adequada para a atuação no campo. Percebeu-se, também, que as mudanças sociais providas pelas práticas educativas utilizadas no trabalho pedagógico precisam ser mais bem reconhecidas.

Os currículos dos cursos de Pedagogia precisam ser desenhados a partir de uma base mais ampla e inclusiva, orientada para diferentes formas de manifestação do trabalho pedagógico, incluindo a Promoção da Saúde. Assim mesmo, a discussão sobre identidade profissional do(a) pedagogo(a) deve ser pautada em sua complexidade, pois, se por um lado, há maior clareza dos objetivos da prática profissional em ambientes escolares, aquelas que se dão em espaços não escolares permanecem em uma zona obscura sem qualquer regulação por finalidades, implicando em rotinas de trabalho improvisadas e sem base teórica, metodológica e técnica.

A pesquisa não pretendeu deslegitimar a atuação dos profissionais da saúde quanto às suas habilidades educativas. São de grande importância seu repertório de conhecimentos técnico-científicos acumulados a partir de sua formação suas experiências no serviço como base para a produção de suas habilidades educativas. Entretanto, estes fatores não esgotam as possibilidades de formação do sujeito para atuar no campo da educação em saúde. É necessária, então, uma formação especializada em pensamento pedagógico, sendo esta, a pedagogia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cristovam da Silva; GATTI, Bernadete; CUNHA, Delcimar de O. *et al.* Identidade profissional de professores: um referencial para pesquisa. Educação e Linguagem, Ano 10, n.15, Perdizes: Editora Metodista, jan.-jun. 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1 de 15 de maio de 2006. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia*. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Caderno de educação popular e saúde*. Brasília: 2007. 160p. (Série B: Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 1 ago. 2018.

CARO, Sueli Maria Pessagno; CAMOSSA, Denise Amaral. Promoção em saúde e educação sociocomunitaria. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, [S.l.], p. 107-128, nov. 2014. ISSN 2318-1982. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/747>. Acesso em: 18 fev. 2018.

HOUSSAYE, Jean. Para uma definição da pedagogia. In: HOUSSAYE, Jean; SOËTARD, Michel; HAMELINE, Daniel; FABRE, Michel. *Manifesto a favor dos pedagogos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 9-45.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas*. Educar em Revista, n. 17, p. 153-176, Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

MEYER, Dagmar Estermann; FELIX Jeane; VASCONCELOS Michele de Freitas. Por uma educação que se movimente como maré e inunde os cotidianos de serviços de saúde. *Interface*, Botucatu, 2013.

MOURA, Eliane Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Socialização escolar, educação não escolar e (con)formação de sujeitos. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, v. 14, n. 2, p. 339-352, maio-ago. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento. Metodologia de Pesquisa Social (Qualitativa) em saúde*. 1989. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, Rio de Janeiro, 1989.

SERRANO, Francisco José del Pozo. *Educación Social para la Salud: Proyección, acción y profesionalización*. *Revista médica de Risaralda, Revistas UTP*, v. 19, n. 1, abril 2013.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. *Pedagogia e educação não escolar no Brasil: crítica epistemológica, formativa e profissional*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2015.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, dez. 2015.

SHIMITZ, Taís. O pedagogo e a educação contemporânea: muitos desafios. Curitiba: Intersaberes, 2013. Cap. 1. p.13-25.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, 2001.

1 Doutor em Educação; Professor do Departamento de Habilitações Pedagógicas e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade. E-mail: leonardosevero@ce.ufpb.br

2 Analista de Sistemas pela Universidade Federal de Campina Grande; Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba; Estudante vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade. E-mail: neglasantos@gmail.com

Recebido em: 30 de Março de 2019

Avaliado em: 5 de Maio de 2019

Aceito em: 10 de Agosto de 2019



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaqual CC BY-SA



